

MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS

Termo de Referência 109/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
109/2025	929770-MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS	MARCIO ROMEIRO DE AVILA	12/02/2026 09:43 (v 0.22)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		001/2026

1. Definição do objeto

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência o registro de preços para futura e eventual aquisição de peças elétricas, destinadas ao atendimento das necessidades de manutenção corretiva e preventiva das unidades sob gestão da Fundação de Serviços de Saúde de Dourados – FUNSAUD, conforme as especificações constantes neste Termo de Referência.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme o artigo 3º, inciso II, do Decreto Federal nº 10.024 /2019, tendo em vista que possuem especificações padronizadas e objetivas, amplamente disponíveis no mercado, o que possibilita a avaliação por critérios técnicos e econômicos uniformes.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Municipal nº 786, de 09 de novembro de 2021.

1.4. Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), em atenção ao artigo 4º do Decreto Municipal nº 2.881, de 15 de janeiro de 2024, em razão da natureza variável e imprevisível da demanda por peças elétricas utilizadas em serviços de manutenção. Essa modalidade permite a aquisição parcelada, conforme a necessidade das unidades, durante o período de 12 (doze) meses.

1.5. Este processo será **EXCLUSIVO** para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014), devido ao valor referencial ser inferior a R\$ 80.000,00 por item, se enquadrando nos critérios legais para essa modalidade de tratamento, tornando a logística mais eficiente.

1.6. A contratação **NÃO** se dará em lotes, sendo o critério de julgamento o de menor preço por item, conforme as especificações constantes deste Termo de Referência.

1.7. Da vedação à participação em consórcio

1.7.1. Não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o a FUSAUD, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

1.8. Da Vedação à Participação de Cooperativas

1.8.1. Não será admitida a participação de cooperativas, considerando que a exigência de assinatura e anuência de todos os cooperados em procedimentos contratuais, aditivos e pagamentos comprometeria a celeridade e a execução do objeto pretendido.

1.9. Critério de Julgamento

1.9.1. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, observando-se as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

1.10. Da Ata de Registro de Preços

1.10.1. A vigência desta Ata de Registro de Preços está fundamentada no Art. 22 do Decreto Municipal nº 2.881, de 15 de janeiro de 2024, que estabelece prazo de validade de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil após sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

1.10.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração, observando-se o disposto no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 22 do Decreto Municipal nº 2.881/2024. A prorrogação será formalizada por termo aditivo, dentro do prazo de vigência original da ata.

1.10.3. Conforme entendimento uniformizado no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, é juridicamente possível a renovação do quantitativo originalmente registrado no caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, desde que:

- a) haja previsão expressa no edital e na própria ata;
- b) o tema tenha sido tratado na fase de planejamento da contratação;
- c) seja comprovada a manutenção do preço vantajoso; e
- d) a prorrogação e renovação sejam formalizadas mediante termo aditivo dentro da vigência inicial.

1.10.4. Assim, considerando que, na fase de planejamento, restou demonstrado que o quantitativo ora registrado supre adequadamente as necessidades anuais da instituição no tocante à aquisição de materiais para o setor de infraestrutura e manutenção, admite-se a possibilidade de, em eventual prorrogação da ata, renovar-se o quantitativo originalmente previsto, observadas as condições acima.

1.10.5. A vigência dos contratos decorrentes da ata observará o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 34 do Decreto Municipal nº 2.881/2024, sendo definida conforme o edital ou aviso de contratação direta, e limitada à disponibilidade orçamentária no exercício financeiro.

1.10.6. Dessa forma, a previsão de prorrogação da ata e de eventual renovação do quantitativo assegura planejamento adequado, vantajosidade econômica e segurança jurídica, em consonância com os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

1.10.7. Não será admitida adesão a ata de registro de preços.

1.10.8. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será a FUNSAUD, através do setor de Contratos.

1.11. Modo de Disputa

1.11.1. O modo de disputa da presente contratação de acordo com o Artigo 22 do Decreto Municipal nº 2.129/2023, nos termos do inciso VIII, do artigo 16 do Decreto Municipal nº 2.120/2023 será **aberto e fechado**.

1.11.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta pelo menos **R\$ 0,10 (DEZ CENTAVOS)**.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de peças elétricas destinadas à execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva nas unidades sob gestão da Fundação de Serviços de Saúde de Dourados – FUNSAUD, com o objetivo de garantir o pleno funcionamento das instalações elétricas, a segurança operacional e a continuidade das atividades assistenciais e administrativas.

2.2. A manutenção adequada das redes e sistemas elétricos é fundamental para o bom desempenho das unidades de saúde, assegurando condições seguras de trabalho, evitando sobrecargas e falhas em equipamentos essenciais, e contribuindo para a eficiência energética e a redução de custos operacionais.

2.3. A ausência de peças adequadas e disponíveis para reposição imediata pode ocasionar paralisações, riscos de segurança e prejuízos operacionais, impactando diretamente a qualidade e a eficiência dos atendimentos realizados nas unidades da FUNSAUD.

2.4. Portanto, a presente contratação constitui medida necessária e preventiva para assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde, garantindo o funcionamento seguro das instalações elétricas, a preservação do patrimônio público e o cumprimento das normas técnicas e de segurança aplicáveis às edificações e ambientes hospitalares.

3. Descrição da solução

3.1. A solução identificada consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais elétricos para manutenção, considerando que tais materiais possuem caráter de consumo contínuo e recorrente, sendo indispensáveis ao funcionamento administrativo, técnico e assistencial das Unidades do Hospital da Vida e Unidade de Pronto Atendimento (UPA), vinculadas à Fundação de Serviços de Saúde de Dourados (FUNSAUD), por meio da modalidade Ata de Registro de Preço e Pregão Eletrônico sob o Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019.

3.2. A contratação visa assegurar o suprimento regular dos materiais elétricos necessários à execução das rotinas internas, tais como itens para reparos, manutenção predial, equipamentos e demais materiais padronizados, garantindo qualidade, segurança e adequação às necessidades institucionais das unidades de saúde.

4. Requisitos da contratação

4.1. Subcontratação

4.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste instrumento, devido ao risco de uma cadeia de suprimentos fragmentada e menos transparente, o que aumenta a probabilidade de falhas no fornecimento dos itens contratados. A subcontratação também dificulta o controle direto sobre os processos envolvidos, podendo resultar em problemas de qualidade e conformidade com as regulamentações de saúde e segurança. Portanto, o fornecimento será exclusivamente de responsabilidade da contratada, conforme o artigo 122, §2º da Lei 14.133/2021.

4.2. Garantia da Contratação

4.2.1. Não será exigida garantia contratual, conforme os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor estimado da contratação é considerado de pequeno vulto e o fornecimento não envolve riscos que justifiquem a exigência de garantia.

4.3. Vistoria

4.3.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local para entrega dos itens.

4.4. Requisitos Temporais

4.4.1. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.5. Garantia dos produtos fornecidos

4.5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.6. Sustentabilidade

4.6.1. Em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, esta contratação adota critérios de sustentabilidade aplicáveis às dimensões ambiental, social e econômica, de forma integrada.

4.6.2. No aspecto ambiental, prioriza-se o uso de materiais de baixo impacto, recicláveis ou de longa durabilidade, bem como o descarte ambientalmente adequado de resíduos e embalagens.

4.6.3. No aspecto social, assegura-se o cumprimento da legislação trabalhista e de segurança do trabalho, Cumprimento da legislação referente à reserva de vagas para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021; Observância dos princípios de ética, transparência e não discriminação em todas as etapas da execução contratual.

4.6.4. No aspecto econômico, busca-se a vantagem global da contratação, com foco na durabilidade dos materiais, eficiência operacional e redução de custos ao longo do ciclo de vida do contrato.

4.6.5. A observância desses critérios visa garantir que a execução contratual promova eficiência, responsabilidade socioambiental e uso racional dos recursos públicos, sem prejuízo à qualidade técnica da solução contratada.

4.7. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos:

a) Qualidade dos produtos: Os produtos devem ser fornecidos em conformidade com as especificações de qualidade descritas no edital e seu , atendendo aos padrões exigidos no edital e seus anexos;

b) Documentação e rastreabilidade: A empresa vencedora deverá fornecer nota fiscal, certificado de origem e/ou outro documento que comprove a qualidade e a rastreabilidade dos produtos fornecidos, incluindo quaisquer informações necessárias para assegurar a qualidade e conformidade do fornecimento;

c) Comprovante de conformidade: A nota fiscal e/ou o certificado de origem será considerado como comprovante de conformidade dos produtos entregues, sendo exigido pela Administração para atestar a qualidade e a adequação dos itens fornecidos;

d) Produtos com defeito ou inadequados: Caso seja constatado fornecimento incompleto, inadequado ou com defeito nos produtos, o fornecedor será convocado para substituir ou complementar os produtos no prazo máximo de 5 (cinco) dias corrido a contar da convocação pelo setor requisitante;

e) Garantia de reposição: A garantia será dada pela substituição de produtos defeituosos ou inadequados, com a reposição de itens dentro do prazo acordado, conforme a política de trocas e garantias da empresa fornecedora, que deverá assegurar a integridade e a qualidade dos produtos durante o ciclo de fornecimento.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Forma de fornecimento

5.1.1. O fornecimento do objeto será parcelado.

5.2. Condições de Entrega

5.2.1. Os produtos deverão ser entregues 20 (vinte) dias a corridos a contar do prazo de recebimento da Ordem de fornecimento, em remessa única do produto que consta na OF.

5.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.3. A Contratada se responsabilizará por todas as despesas referente a mão de obra, transporte/frete e encargos trabalhistas.

5.3. Local de entrega:

5.3.1. Hospital da Vida: R. Toshinobu Katayama, 949 - Jardim Caramuru, Dourados - MS, 79806-030;

5.3.2. Os itens deverão ser entregues em local informado na ordem de fornecimento, nos quantitativos e condições especificadas neste Termo de Referência, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota fiscal e/ ou Fatura), e serão recebidos por servidor da FUNSAUD, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

5.4. O fornecedor está vinculado a fornecer estritamente os produtos materiais discriminados no Pedido Licitação, no contrato, observando, principalmente seu descritivo (tamanho, quantidade, embalagens ou outro aspecto), sob pena de rejeição, no ato da entrega da mercadoria em desacordo com o pedido de Licitação, contrato e ordem de fornecimento.

5.5. Serão recusados os materiais que não atendam às especificações constantes neste processo de compra e/ou que não estejam adequados para uso.

5.6. Todas as despesas relativas à entrega do objeto dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrita aceita pela Administração sujeitar-se-á as penalidades impostas pela legislação vigente.

5.7. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9. Recebimento e aceitação do objeto

5.9.1. Os produtos serão recebidos pelo Aldinei Vicente (Encarregado de Infraestrutura e Logística), José Carlos Alves (Supervisor de Atenção a Saúde).

5.9.2. A FUNSAUD reserva-se no direito de não aceitar os produtos que estiverem em desacordo com os descritivos solicitados neste Termo de Referência (TR).

5.9.3. Os produtos recusados pelo Contratante deverão ser substituídos, automaticamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da hora de Notificação, sem qualquer ônus para o Contratante.

5.9.4. A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação do Contratante, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Contratada as penalidades previstas na legislação vigente.

5.9.5. Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pelo Contratante, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pelo Contrato e legislação aplicável.

5.9.6. Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, o Contratante, por meio de seu representante legal, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

5.9.7. Em caso da necessidade de providências não realizadas por parte do fornecedor, os prazos para pagamento poderão ser suspensos e considerado o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa previstas no instrumento de contrato, e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste Processo Licitatório.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a FUNSAUD poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração de acordo com as diretrizes estabelecidas no DECRETO Nº 2.097, DE 23 DE MARÇO DE 2.023, art. 21, VI;

6.6.1. A Fiscalização Técnica ficará a cargo do **Aldinei Vicente Encarregado de Infraestrutura e Logística e José Carlos Alves Supervisor de Assistência à Saúde.**

Fiscalização Administrativa

6.7. As atividades do fiscal administrativo estarão em conformidade com o disposto no Artigo 22 do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023.

6.7.1. De acordo com esse artigo, o fiscal administrativo tem a responsabilidade de acompanhar a execução do contrato sob o aspecto administrativo, assegurando que todas as obrigações e formalidades legais e contratuais sejam cumpridas. Isso inclui a

verificação do cumprimento de prazos, a conferência da documentação pertinente, o controle de pagamentos e a gestão de eventuais ajustes contratuais. O fiscal administrativo atua, assim, garantindo que o processo contratual transcorra de maneira eficiente, sem comprometer a legalidade, a transparência e o bom andamento das obrigações envolvidas.

6.7.2. A Fiscalização Administrativa ficará a cargo das funcionárias do setor de contratos: **Evelin Loana Magro Lino e Gisele Manvailer Silva**

Gestor do Contrato

6.8. As atividades do gestor de contrato estarão em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023, Art. 20. Portanto, as ações e decisões do gestor de contrato deverão ser pautadas pelo que está previsto nesse decreto, visando à transparência e ao cumprimento das obrigações contratuais de maneira eficaz e legal.

6.8.1. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Coordenadora de Gestão de Contratos **Leila Lara Silva Escobar Tavares**.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Recebimento:

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, no recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

7.2. Liquidação:

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, do DECRETO Nº 2.894, DE 19 DE JANEIRO DE 2024.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: O prazo de validade; A data da emissão; Os dados do contrato e do órgão contratante; O período respectivo de execução do contrato; O valor a pagar; e Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento:

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 6º do DECRETO N° 2.894, DE 19 DE JANEIRO DE 2024.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM).

7.4. Forma de pagamento:

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de Fornecimento

8.2. O fornecimento será parcelado conforme solicitação do setor demandante.

Exigências de Habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1. Habilitação jurídica: Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 8.3.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.3.3.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.3.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 8.3.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.3.8.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 8.4.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.1.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.4.1.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.1.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.1.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.1.5. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.1.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.4.1.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5. Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de não emprego de menores.

8.6. Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de inexistência de fatos supervenientes e impeditivos a contratação com a administração pública.

8.7. Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de acordo com o artigo 93 da Lei nº 8.213/91 Lei dos Benefícios da Previdência Social e artigo 63 inciso IV da Lei 14.133/2021.

8.8. A declaração apresentada deverá ser mantida válida durante toda a execução contratual, cabendo à contratada garantir o cumprimento efetivo das obrigações legais relativas à reserva de cargos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 64.571,74

9.1. O custo total estimado para a contratação é de **R\$ 64.571,74 (Sessenta e Quatro Mil e Quinhentos e Setenta e Um Reais e Setenta e Quatro Centavos).**

9.2. Os valores estimados estão compatíveis com o praticado no mercado, conforme demonstrado nas pesquisas de preços e Planilha de Orçamento Média, anexo aos autos deste processo.

9.3. Foram realizadas pesquisas de preços de acordo com o que dispõe do Decreto Municipal 787/2021 emitido pela Prefeitura Municipal que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e serviços pelo Município de Dourados e suas autarquias e fundações.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	250565	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL TENSÃO ISOLAMENTO: 750V MATERIAL: COBRE ELETROLÍTICO REVESTIMENTO PVC – CLORETO DE POLIVINILA TEMPERATURA: 70° C COR: PRETA SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR: 10 MM² BITOLA DO CONDUTOR: 10MM² QUANTIDADE DE FIOS: 1.	ROLO	3	R\$ 245,70	R\$ 737,10
2	239154	CABO FLEXÍVEL ISOLAÇÃO 450/750 V CLASSE DE ENCORDAMENTO 2, ISOLAMENTO À BASE DE PVC ANTI-CHAMA, CLASSE TÉRMICA 70°C, SEÇÃO 2,5MM² .	ROLO	10	R\$ 274,95	R\$ 2.749,50
3	243944	CABO FLEXÍVEL ISOLAÇÃO 450/750 V CLASSE DE ENCORDAMENTO 2, ISOLAMENTO À BASE DE PVC ANTI-CHAMA, CLASSE TÉRMICA 70°C, SEÇÃO 4MM² .	ROLO	5	R\$ 128,46	R\$ 642,30
4	250571	CABO FLEXÍVEL ISOLAÇÃO 450/750 V CLASSE DE ENCORDAMENTO 2, ISOLAMENTO À BASE DE PVC ANTI-CHAMA, CLASSE TÉRMICA 70°C, SEÇÃO 6MM² .	ROLO	3	R\$ 163,72	R\$ 491,16
5	340248	CABO ELÉTRICO FLEXIVEL TIPO:Pp TEMPERA CONDUTOR:MOLE COR DA COBERTURA:PRETA FORMAÇÃO DO CABO:2 X 2,5 MM² TENSÃO ISOLAMENTO:750V MATERIAL DO CONDUTOR:COBRE ELETROLÍTICO MATERIAL ISOLAMNENTO:PVC ANTI-CHAMA MATERIAL COBERTURA:PVC ANTI-CHAMA QUANTIDADE DE CONDUTORES:2 NORMAS TÉCNICAS: Nbr13249 CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ISOLAÇÃO INTERNA PVC CORES: BRANCA E PRETA TEMPERATURA: 70 °C.	ROLO	4	R\$ 336,77	R\$ 1.347,08
		CABO ELÉTRICO FLEXIVEL TIPO:Pp TEMPERA CONDUTOR:MOLE COR DA COBERTURA:PRETA FORMAÇÃO DO CABO:3 X 2,5 MM² TENSÃO				

6	340253	ISOLAMENTO:750V MATERIAL DO CONDUTOR:COBRE ELETROLÍTICO MATERIAL ISOLAMENTO:PVC ANTI-CHAMA MATERIAL COBERTURA:PVC ANTI-CHAMA QUANTIDADE DE CONDUTORES:3 NORMAS TÉCNICAS: Nbr13249 CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ISOLAÇÃO INTERNA PVC CORES: BRANCA E AZUL TEMPERATURA: 70 °C.	ROLO	4	R\$ 505,55	R\$ 2.022,20
7	480673	CHUVEIRO ELÉTRICO MATERIAL: TERMOPLÁSTICO VARIAÇÕES TEMPERATURA AGUA:3 COR:BRANCA POTÊNCIA:6.800W TENSÃO DE OPERAÇÃO:220V CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MANGUEIRA E DUCHA MANUAL E SUPORTE PARA FIXAÇÃO.	UNID	200	R\$ 67,93	R\$ 13.586,00
8	614455	LAMPADAS LED TENSÃO NOMINAL: BIVOLT V POTÊNCIA NOMINAL: 30 W COR:BRANCA APLICAÇÃO:PARA USO EM GERAL TEMPERATURA DE COR:600K FREQUÊNCIA NOMINAL:50/60 HZ.	UNID	800	R\$ 13,03	R\$ 10.424,00
9	603833	LAMPADA LED TENSÃO NOMINAL: BIVOLT TIPO BASE:E-27 TEMPERATURA DE COR:3.500 A 5.000K GRAU DE PROTEÇÃO:Ip-20 (USO INTERNO).	UNID	200	R\$ 19,95	R\$ 3.990,00
10	368622	PLAFON MATERIAL CORPO:PLÁSTICO COR:BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ENCAIXE DE UMA LAMPADA, BASE E-27.	UNID	100	R\$ 9,69	R\$ 969,00
11	421483	PLUG TIPO: MACHO NUMERO DE PINOS: 3 FORMATO DE PINOS: CILINDRICO COR CORPO: CINZA CORRENTE NOMINAL:10A NUMERO DE POLOS:2P+T MATERIAL: PLÁSTICO APLIC.EXTENSÃO ELÉTRICA.	UNID	100	R\$ 7,28	R\$ 728,00
12	428431	PLUG TIPO: MACHO NUMERO DE PINOS: 3 FORMATO DE PINOS: CILINDRICO COR CORPO: CINZA CORRENTE NOMINAL:20 A NUMERO DE POLOS:2P+T MATERIAL: PLÁSTICO APLIC.EXTENSÃO ELÉTRICA.	UNID	100	R\$ 6,66	R\$ 666,00
13	463208	PLUG TIPO: FEMEA COR CORPO: PRETA CORRENTE NOMINAL:20 A TENSÃO NOMINAL:250V NUMERO DE POLOS:2 MATERIAL: PLÁSTICO POLIAMIDA ANTI-CHAMA.	UNID	100	R\$ 9,26	R\$ 926,00
14	440991	INTERRUPTOR TIPO: BIPOLAR COR: BRANCA APLICAÇÃO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DIMENSOES:4X2 POL. CORRENTE NOMINAL:10 A MATERIAL: PVC RÍGIDO FORMATO RETANGULAR. 1 TECLA.	UNID	100	R\$ 11,08	R\$ 1.108,00
15	436364	INTERRUPTOR TIPO: DUPLO QUANTIDADE PÓLOS: 2 UNID TIPO DE ACIONAMENTO: TECLA SIMPLES HORIZONTAL TENSÃO NOMINAL: 250 V CORRENTE NOMINAL: 10 A MATERIAL: TERMOPLÁSTICO AUTO-EXTINGUIVEL. 2 TECLAS.	UNID	100	R\$ 13,12	R\$ 1.312,00
		TOMADA TIPO 2 P+ T TOMADA E				

16	614237	INTERRUPTOR FORMATO CONTATO: 2P+T COR CORPO: PRETA CORRENTE NOMINAL:20 A TENSÃO NOMINAL:250 V.	UNID	100	R\$ 14,54	R\$ 1.454,00
17	622452	TOMADA MODELO: DUPLA (2P=T) 10 A TIPO: PLACA 4 X 2 CORRENTE NOMINAL: 10 A TENSÃO NOMINAL: 250VC.	UNID	100	R\$ 14,51	R\$ 1.451,00
18	618467	TOMADA MODELO: DUPL0A FORMATO CONTATO: 2P+T COR: BRANCA CORRENTE NOMINAL: 20 A TENSÃO NOMINAL: 250V APLICAÇÃO: INSTALAÇÃO ELÉTRICA.	UNID	100	R\$ 14,90	R\$ 1.490,00
19	373574	TOMADA MODELO 2P+ FORMATO CONTATO: REDONDO COR CORPO: BRANCA CORRENTE NOMINAL: 20 A TENSÃO NOMINAL:250 V CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SISTEMA X C/C DE SOBREPOR NORMAS TÉCNICAS: Nbr 14136 APLICAÇÃO: INSTALAÇÃO ELETRICA POSIÇÃO RELATIVA: SOBREPOR NUMERO PÓLOS: 2P+T 20 A.	UNID	100	R\$ 10,99	R\$ 1.099,00
20	618467 SIMILAR	TOMADA MODELO DUPLA FORMATO CONTATO: REDONDO COR CORPO: BRANCA CORRENTE NOMINAL: 20 A TENSÃO NOMINAL:250 V CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SISTEMA X C/C DE SOBREPOR NORMAS TÉCNICAS: Nbr 14136 APLICAÇÃO: INSTALAÇÃO ELETRICA POSIÇÃO RELATIVA: SOBREPOR NUMERO PÓLOS: 2P+T 20 A.	UNID	100	R\$ 18,94	R\$ 1.894,00
21	446114	LUZ EMERGENCIA QUANTIDADE LAMPADAS: 2 UN TIPO DE LAMPADA: LED POTENCIA LAMPADA: 5W TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 127/220 V.	UNID	30	R\$ 53,24	R\$ 1.597,20
22	624054	REFLETOR: MATERIAL CORPO: ALUMÍNIO MATERIAL REFLETOR: ALUMÍNIO QUANTIDADE LÂMPADAS: 1 UM FORMATO: QUADRADO TIPO LÂMPADA: LED POTÊNCIA LÂMPADA: 200 W TENSÃO ALIMENTAÇÃO: BIVOLT V MATERIAL SUPORTE: ALUMÍNIO GRAU PROTEÇÃO: IP-66 COMPRIMENTO: 3 CM LARGURA: 12 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: A PROVA D' ÁGUA ALTURA: 14 CM COR: PRETA FLUXO LUMINOSO: 14.000 LM TEMPERATURA DE COR: 6.500 K.	UNID	20	R\$ 31,16	R\$ 623,20
23	395464	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO FUNCIONAMENTO: TERMOMAGNÉTICO CORRENTE NOMINAL: 20 A CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SIMILAR A SIEMENS NÚMERO DE FASES: BIFÁSICO CURVA DE DISPARO: B APLICAÇÃO: SISTEMA DE AR CONDICIONADO.	UNID	20	R\$ 35,50	R\$ 710,00

24	452700	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO FUNCIONAMENTO: TERMOMAGNÉTICO CORRENTE NOMINAL: 25 A TIPO: 5SX1 NÚMERO DE FASES: BIFÁSICO CURVA DE DISPARO: B APLICAÇÃO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO: DIN.	UNID	10	R\$ 34,01	R\$ 340,10
25	452699	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO FUNCIONAMENTO: TERMOMAGNÉTICO CORRENTE NOMINAL: 32 A TIPO: EASY9 NÚMERO DE FASES: BIFÁSICO CURVA DE DISPARO: B APLICAÇÃO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO: DIN.	UNID	10	R\$ 37,09	R\$ 370,90
26	395369	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO FUNCIONAMENTO: TERMOMAGNÉTICO CORRENTE NOMINAL: 40 A CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SIMILAR A SIEMENS NÚMERO DE FASES: BIFÁSICO CURVA DE DISPARO: B APLICAÇÃO: SISTEMA DE AR CONDICIONADO.	UNID	10	R\$ 51,51	R\$ 515,10
27	622976	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO FUNCIONAMENTO: TERMOMAGNÉTICO OPERAÇÃO: ALAVANCA CORRENTE NOMINAL: 63 A NÚMERO DE FASES: TRIPOLAR CURVA DE DISPARO: 63 A À 50°C APLICAÇÃO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS REFERÊNCIA 1: MODELO DWB160 PADRÃO: IEC.	UNID	10	R\$ 58,98	R\$ 589,80
28	625188	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO FUNCIONAMENTO: TERMOMAGNÉTICO ACIONAMENTO: ALAVANCA CORRENTE NOMINAL: 80 A NÚMERO DE FASES: TRIPOLAR CURVA DE DISPARO: 80 A À 50°C APLICAÇÃO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS REFERÊNCIA 1: WEG – MODELO ACW100H PADRÃO: IEC.	UNID	10	R\$ 71,97	R\$ 719,70
29	622976	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO FUNCIONAMENTO: TERMOMAGNÉTICO ACIONAMENTO: ALAVANCA CORRENTE NOMINAL: 100 A NÚMERO DE FASES: TRIPOLAR CURVA DE DISPARO: 100 A À 50°C APLICAÇÃO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS REFERÊNCIA 1: MODELO DWB250 PADRÃO: IEC.	UNID	10	R\$ 155,66	R\$ 1.556,60
		DISJUNTOR BAIXA TENSÃO FUNCIONAMENTO: TERMOMAGNÉTICO ACIONAMENTO: ALAVANCA				

30	625188	CORRENTE NOMINAL: 150 A NÚMERO DE FASES: TRIPOLAR CURVA DE DISPARO: 150 A À 50°C APLICAÇÃO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS REFERÊNCIA 1: MODELO EZC250N3150 PADRÃO: IEC.	UNID	10	R\$ 239,93	R\$ 2.399,30
31	426895	FITA ISOLANTE ELÉTRICA MATERIAL BÁSICO: PVC AUTO-EXTINGUÍVEL RESISTÊNCIA À TENSÃO: ATÉ 750 V COR: PRETA CLASSE TEMPERATURA: 90 °C COMPRIMENTO: 20 M LARGURA: 19 MM ESPESSURA: 0,15 MM NORMAS TÉCNICAS: NÃO APLICÁVEL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO APLICÁVEL	UNID	200	R\$ 16,25	R\$ 3.250,00
32	426894	FITA ISOLANTE ELÉTRICA MATERIAL BÁSICO: BORRACHA ETILENO-PROPILENO (EPR) CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOFUSÃO LARGURA NOMINAL: 19 MM COMPRIMENTO NOMINAL: 10 M TIPO: PADRÃO.	UNID	50	R\$ 34,30	R\$ 1.715,00
33	226937	TOMADA MODELO: TRIPLA TIPO: MODULAR FORMATO CONTATO: REDONDO COR CORPO: BRANCA CORRENTE NOMINAL: 20 A TENSÃO NOMINAL: 250 V CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SISTEMA	UNID	50	R\$ 21,97	R\$ 1.098,50
VALOR TOTAL						R\$ 64.571,74

10. Adequação orçamentária

10.1. Em contratações que utilizam o Sistema de Registro de Preços, são dispensados da instrução do Processo os atestados sobre a existência de créditos, conforme dispõe no artigo 21, do DECRETO Nº 2.120, DE 28 DE MARÇO DE 2023:

§1º. Nas licitações para registro de preços é dispensado o atesto da existência de créditos orçamentários, sendo suficiente a indicação do código do elemento de despesa correspondente.

10.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, de repasses financeiros feitos pela Secretaria Municipal de Saúde de Dourados (Fundo Municipal de Saúde) à Fundação de Serviços de Saúde de Dourados - FUNSAUD, por meio da dotação abaixo discriminada:

10.2.1. Dotação Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, Contrato de Gestão nº 209/2022/SEMS/PMD de /08/2022 (PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 174/2022 Inexigibilidade de Licitação nº 007/2022).

11. Do Reajuste

11.1. Da Ata de Registro de Preços

11.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a contar da publicação do orçamento da Administração, de acordo com o art. 84 da Lei nº 14.133 /2021.

11.1.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

11.1.2.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

11.2 Do Contrato

11.2.1. O preço permanecerá fixo e irreajustável durante a vigência do Contrato, salvo se em decorrência de prorrogação de prazo de vigência ultrapassar 12 (doze) meses, hipótese em que a Contratada poderá através de requerimento, ter o saldo remanescente reajustado, se houver.

11.2.2. Havendo a ocorrência do item anterior, o saldo contratual será reajustado aplicando-se o Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2.3. Para aplicação do índice será considerado a data de referência da abertura da proposta, desde que decorrido 12 (doze) meses, e que a Contratada solicite formalmente dentro do prazo de até 30 (trinta) dias do 12º (décimo segundo) mês, renunciando ao reajuste caso não o faça.

11.2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.2.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.2.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.2.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.2.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.2.9. O descumprimento de cronograma físico-financeiro, se houver, por responsabilidade da Contratada, bem como de outras obrigações, ensejará a não concessão de reajuste anual.

11.2.10. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

11.3. Da Revisão/Reequilíbrio

11.3.1. Caso ocorra o desequilíbrio econômico durante a vigência contratual, a Contratada poderá requerer formalmente à Contratante a revisão dos valores pactuados.

11.3.2. Para tanto, deverá relatar em detalhes os fatos (imprevisíveis ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, superveniente ao originalmente contratado), anexando documentos que comprovem o alegado desequilíbrio, informando ainda, o valor pleiteado.

11.3.3. A revisão/reequilíbrio econômico-financeiro será realizado por meio de termo aditivo.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa:

- a) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
- b) Em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.
- c) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- e) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
- f) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% do valor do Contrato.
- g) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
- h) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 3% a 5% do valor do Contrato.
- i) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10 % a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E PCA

13.1. No ano 2025 não foi elaborado um Plano Anual de Contratações, para ser executado em 2026. Portanto mesmo não previu a contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais para infraestrutura e manutenção predial.

13.2. A elaboração do Plano de Contratações Anual da Fundação de Serviço de Saúde de Dourados, para o ano de 2026 não foi concluída com ausência de regramento municipal competente e com falhas por não abranger a totalidade de gastos previstos para o presente ano.

13.3. Em 08 de agosto de 2025 foi publicado o Decreto nº 357, dispondo sobre o Plano de Contratações Anual de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Administração Pública Direta e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

13.4. O referido Decreto dispõe em seu artigo 20, que o mesmo passará a vigor em 01 de janeiro de 2026, estando pois em vacatio legis, ou seja, sem um Decreto Municipal regulamentador para 2025, dessa forma a FUNSAUD, não elaborou PCA para ser executado em 2026.

13.5. Assim sendo, em atenção ao Decreto 357 de 08 de agosto de 2025, a Fundação de Serviços de Saúde de Dourados, elaborará seu Plano de Contratações Anual , em 2026 para valer no ano de 2027.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADO

14.1. São obrigações do Contratante, além das previstas na lei 14.133/2021 (art. 92, X, XI e XIV):

14.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

14.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

14.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

14.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

14.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

14.1.7. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

14.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

14.1.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

14.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.2. São obrigações do Contratado, além das previstas na lei 14.133/2021 (art. 92, XIV, XVI e XVII):

14.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

14.2.2. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

14.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

14.2.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

14.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos impróprios para consumo entregues;

14.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual

pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

14.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

14.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique durante execução do objeto contratual.

14.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

14.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

14.2.14. Comprovar caso seja solicitado a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

14.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.2.16. Realizar as entregas conforme estipulado no Termo de Referência.

14.2.17. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

14.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

14.2.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

14.2.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

14.2.22. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALDINEI VICENTE

Encarregado de Infraestrutura e Logística



Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 09:00:18.

JOSE CARLOS ALVES

Supervisor de Atenção a Saúde



Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 09:22:25.

Despacho: Analisado por:

ISNEL DE CAMARGO DIAS

Assistente Administrativo



Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 08:52:36.

Despacho: Revisado por:

MARCIO ROMEIRO DE AVILA

Coordenador de Planejamento



Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 08:40:28.

Despacho: Autorizado por:

MARIA IZABEL DE AGUIAR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 09:43:46.